


**Artigo de Pesquisa.****CARTOGRAFIA, ESPAÇO, TEMPO E DINÂMICA TERRITORIAL NA  
FRONTEIRA: MARABÁ E ALTAMIRA****Cartography, space, time and territorial dynamics in the frontier: Marabá and Altamira**

Mateus Monteiro Lobato<sup>1</sup>, Daniel Sombra<sup>2</sup>, Rosana Maneschky<sup>3</sup>, Jose Queiroz de Miranda Neto<sup>4</sup>, Kethelen Alves de Morais<sup>5</sup>, Raissa Langer<sup>6</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará, Faculdade de Geografia, Altamira, Brasil. E-mail: [monteirolobato@ufpa.br](mailto:monteirolobato@ufpa.br).

 <https://orcid.org/0000-0002-7780-8804>

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará, Faculdade de Geografia, Ananindeua, Brasil. E-mail: [dsombra@ufpa.br](mailto:dsombra@ufpa.br).

 <https://orcid.org/0000-0002-5208-2429>

<sup>3</sup> Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, Brasil. E-mail: [romaneschy@ufpa.br](mailto:romaneschy@ufpa.br).

 <https://orcid.org/0000-0003-4432-7331>

<sup>4</sup> Universidade Federal do Pará, Faculdade de Geografia, Altamira, Brasil. E-mail: [mirandaneto@ufpa.br](mailto:mirandaneto@ufpa.br).

 <https://orcid.org/0000-0003-1939-4866>

<sup>5</sup> Universidade Federal do Pará, Faculdade de Geografia, Altamira, Brasil. E-mail: [kethelenmorais11@gmail.com](mailto:kethelenmorais11@gmail.com).

 <https://orcid.org/0009-0008-9776-1098>

<sup>6</sup> Universidade Federal do Pará, Faculdade de Geografia, Altamira, Brasil. E-mail: [raissa.campos@altamira.ufpa.br](mailto:raissa.campos@altamira.ufpa.br).

 <https://orcid.org/0009-0000-7681-7613>

Recebido em 07/05/2024 e aceito em 07/10/2024

**RESUMO:** Esta pesquisa teve como objetivo analisar a produção do espaço da fronteira a partir das atividades econômicas hegemônicas existentes em dois municípios médios no estado do Pará, sendo um consolidado (Marabá) e outro em processo de consolidação (Altamira). Foram adotados como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica para construção da Geohistória das atividades amazônicas e o desenvolvimento de uma cartografia para acompanhar a evolução da dinâmica territorial, a partir dos recortes municipais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1879 a 1991, e, associá-la ao desenvolvimento das atividades econômicas nesses dois recortes de pesquisa. As mudanças mais drásticas na diminuição do território dos municípios estudados e nos demais recortes municipais ocorreram a partir do declínio da economia extrativa de produtos florestais não madeireiros e com a construção de rodovias. A seguir foram se intensificando o extrativismo madeireiro e as atividades agropecuárias. Nesse contexto, novos municípios foram sendo criados ao longo dos eixos rodoviários mais consolidados e de ocupações

mais intensas em Marabá, porque a fronteira agrícola já se consolidou no entorno dessa cidade e ainda está em avanço em Altamira.

**Palavras-chave:** Amazônia paraense; Fronteira; Limites municipais.

**ABSTRACT:** The aim of this research was to analyse the production of frontier space based on the hegemonic economic activities that exist in two medium-sized municipalities in the state of Pará, one consolidated (Marabá) and the other in the process of consolidation (Altamira). The methodological procedures adopted were a bibliographical review to construct the Geohistory of Amazonian activities and the development of a cartography to follow the evolution of territorial dynamics, based on the municipal cut-outs provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), from 1879 to 1991, and to associate it with the development of economic activities in these two research cut-outs. The most drastic changes in the shrinking of the territory of the municipalities studied and in the other municipal sections occurred with the decline of the economy extracting non-timber forest products and with the construction of motorways. This was followed by the intensification of timber extraction and agricultural activities. In this context, new municipalities were created along the more consolidated road axes and more intense occupations in Marabá, because the agricultural frontier has already been consolidated around that city and is still advancing in Altamira.

**Keywords:** Pará Amazon; Border; Municipal limits.

**RESUMEN:** El objetivo de esta investigación fue analizar la producción del espacio fronterizo a partir de las actividades económicas hegemónicas existentes en dos municipios de tamaño medio del estado de Pará, uno consolidado (Marabá) y otro en proceso de consolidación (Altamira). Los procedimientos metodológicos adoptados fueron una revisión bibliográfica para construir la Geohistoria de las actividades amazónicas y el desarrollo de una cartografía para seguir la evolución de la dinámica territorial, a partir de los recortes municipales proporcionados por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), de 1879 a 1991, y asociarla al desarrollo de las actividades económicas en estos dos recortes de investigación. Los cambios más drásticos en la reducción del territorio de los municipios estudiados y en las demás secciones municipales se produjeron con el declive de la economía extractiva de productos forestales no madereros y con la construcción de autopistas. A esto siguió la intensificación de la extracción de madera y de las actividades agrícolas. En este contexto, se crearon nuevos municipios a lo largo de los ejes viales más consolidados y ocupaciones más intensas en Marabá, pues la frontera agrícola ya se consolidó alrededor de esa ciudad y sigue avanzando en Altamira.

**Palabras clave:** Amazonia Pará; Frontera; Límites municipales.

## INTRODUÇÃO

Estudar as dinâmicas territoriais significa se concentrar nas mudanças de padrões de organizações territoriais e identificar as forças que as provocam, as forças que constroem e que obrigam o território a ser alterado (Rocha; Soares; Moraes, 2018) Implica compreender o espaço, ao modo de Santos (2004), como uma “acumulação desigual de tempos”.

Destarte, tais formulações são utilizadas para compreender realidades complexas, como são as espacialidades, temporalidades e territorialidades amazônicas. As dinâmicas territoriais podem ser compreendidas como um conjunto de transformações na base material – geográfica, configurações territoriais da sociedade – movida por interesses resultantes da ação de atores privados e/ou de

projetos coletivos de atores sociais, da evolução e das traduções de tais ações e projetos implementados em determinado espaço (Piroux et al., 2013; Rocha; Soares; Moraes, 2018; 2019).

Assim, para Piroux et al. (2013), Piroux, Sombra e Simões (2017) e Rocha; Soares e Moraes (2018, 2019), seria possível distinguir, analiticamente, dois grandes conjuntos de dinâmicas territoriais: a) as que se referem às trajetórias (isto é, diz-se de tipos concernentes às dinâmicas territoriais de duração extensa relativas às mudanças e às rupturas ocorridas no território ao longo do tempo), as quais são dinâmicas que se localizam no eixo da sucessão histórica, conforme explicita Santos (2004); e, b) as que se referem à dinâmica atual (isto é, diz-se de tipos concernentes às dinâmicas territoriais de curta duração relativas às atuais relações entre os componentes sociais e os de ordenamento do território).

Braudel (1978) ao perceber essa nuance temporal-espacial e propôs uma periodização da análise. Nesse caso, ao invés de duas, como observado nos autores anteriores, ele propõe três divisões: curta, média e longa duração. A despeito dessa adição, ambas as perspectivas teóricas (que ressaltam dois ou três grandes períodos) permitem compreender as dinâmicas territoriais sob o ponto de vista processual.

Becker (2004) argumenta que o chamado fenômeno do avanço da fronteira aparentava esgotamento na virada dos anos 1990 ao século XXI. A intensa dinâmica de migrações e as bruscas mudanças de uso da terra, socioespaciais e socioeconômicas, incluindo os passivos ambientais e os conflitos sociais, davam lugar a uma dinâmica de povoamento consolidado, com a presença de uma sociedade civil regional organizada, cujas novas mudanças eram mais comandadas por vetores locais e regionais do que pelo ordenamento territorial nacional autoritário de outrora.

Acseirard (2010), Zibechi (2012) e Soares, Leite e Lobato (2016) mostram como, apesar desse “relativo esgotamento da fronteira”, a dinâmica da fronteira, o avanço das frentes (ou vetores) e a reprodução da Amazônia como uma colônia interna, continuam sendo perspectivas que auxiliam na compreensão das dinâmicas territoriais amazônicas. A fronteira, nesse caso, pode ser compreendida, a partir de que propõe Carvalho (2012), como uma “instituição”, pois sendo a Amazônia a periferia de uma formação socioespacial capitalista, seu papel periférico na divisão territorial do trabalho, mediado por resquícios do capital mercantil, e seu *modus operandis* (subsunção formal do trabalho ao capital) permite que frações mais avançadas do capital (industrial ou financeiro) possam lançar mão de métodos extraeconômicos para a acumulação por espoliação sem maiores desembargos.

No sentido de identificar as estruturas espaciais deixada pela fronteira, ou pelos vetores técnicos, ou seja, pelas forças que impõem mudanças territoriais, Quaresma et al. (2015), Piroux, Sombra e Simões (2017), Rocha, Soares e Moraes (2018) e Soares (2021) mostram como o eixo do Rio Tocantins e a área da zona costeira do estado do Pará podem ser analisadas a partir de faixas geoeconômicas produzidas pelos avanços de vetores econômicos como caudatários do avanço da fronteira amazônica consolidada na era dos “Grandes Projetos”, sendo possível identificar as

frentes induzidas seja pelos chamados vetores técnicos ecológicos, seja pelos vetores técnicos industriais, utilizando os termos de Becker (2001).

No âmbito das transformações territoriais na área da fronteira amazônica a produção do espaço no sudeste do Estado do Pará, com especial atenção no entorno do que é hoje o município de Marabá, verificou-se que a dinâmica econômica extrativista influenciou na sua constituição (Lobato, 2018). Fenzl et al (2020) explanam as consequências sociais e as transformações territoriais deixadas pelo avanço da fronteira desde os anos 1960, cuja urbanização da população é uma das expressões mais visíveis e Quaresma (2018) apresenta uma análise multi-escalar, que mostra que as dinâmicas recentes ocorridas no vale do Rio Xingu, em especial no município de Altamira, podem ser analisadas fazendo uso do paradigma da fronteira como quadro de referência.

Considerando essas análises, e o quadro espacial do sudeste do estado do Pará ao vale do Rio Xingu, perpassando o vale do Rio Tocantins e o grande interflúvio entre Tocantins e Gurupi, é correto indicar Altamira como o ponto atual de inflexão da fronteira em avanço. Um dos elementos que servem de referência é a transição da hegemonia de modais de transporte, com os modais hidroviários sendo hegemônicos no Arquipélago Marajoara e em toda uma grande faixa geoeconômica da Margem esquerda do Rio Amazonas, avançando a partir do Tapajós e para os grandes rios tributários da margem direita, sobretudo no estado do Amazonas. Em Rondônia é o município de Porto Velho que está nesse ponto de inflexão da fronteira, tendo todos os demais municípios daquele estado já sido atravessados pela fronteira (Cavalcante et al., 2011).

À similaridade de Porto Velho, em Altamira a chegada das mudanças espaciais na forma do avanço da fronteira também se expressa, sobretudo, pela construção de grandes estruturas ligadas ao sistema hidrelétrico. Em Altamira, principal cidade média do vale do Rio Xingu, e da porção central do estado do Pará, a dinâmica econômica é distinta do que ocorre em Marabá. Isto não se dá especificamente pelas atividades desenvolvidas, mas sim pelas formas e processos de execução dessas atividades, bem como, pelos sujeitos envolvidos.

Considerando os três grandes rios que cortam o estado do Pará longitudinalmente (Tocantins, Xingu e Tapajós), cada um deles possui uma cidade média estruturante, sendo respectivamente Marabá, Altamira e Santarém. Considerando o exposto linhas atrás, tem-se Marabá na área de fronteira já esgotada (ou “Arco Consolidado”), como diria Becker (2001), Altamira no atual ponto de inflexão da fronteira, e Santarém como próximo ponto de avanço das frentes.

Analisando a relação das duas cidades médias em contato contemporâneo (consolidado em Marabá, e em processo em Altamira) com a fronteira, surge uma questão demarcatória para uma investigação em Geografia: considerando que há uma ligação estreita entre as atividades econômicas e a produção do espaço, as diferenças nas atividades econômicas hegemônicas existentes em Marabá e Altamira permitem inferir que há também diferenças na produção do espaço comandadas por essas duas cidades?

A resposta a essa questão vai ser perseguida utilizando uma cartografia histórica das dinâmicas territoriais, logo, sob um estudo Geohistórico no seguinte encadeamento:

- a) Os municípios de Marabá e de Altamira serão o recorte de análise do estudo, considerando que a instância de poder municipal é capaz de dar coerência e solidariedade às atividades socioeconômicas hegemônicas pelas duas cidades;
- b) A evolução territorial desses municípios será o indicador que conecta a dinâmica econômica, a produção do espaço e as dinâmicas territoriais em dois períodos: antes e depois da economia da borracha; e
- c) As bases oficiais da formação territorial do IBGE para o estado do Pará serão os marcos temporais, pois refletem parte das dinâmicas territoriais.

Nesse último ponto cabe remarcar o porquê da operacionalização do conceito de “dinâmica territorial” a partir da escala do município. Em princípio, pode parecer empobrecedor restringir o estudo nesse único aspecto escalar e territorial, mas vale lembrar que os limites municipais são recortes que retratam parte das relações socioespaciais, pois conformam normas, costumes, usos e relações de poder a partir das relações entre público e privado com a instância municipal, no tempo e no espaço. Nesse sentido, é um recorte viável em termos de geografia política e, também, de geografia econômica. Nesse viés, o recorte municipal tem a capacidade de capturar um aspecto da dinâmica territorial nessa escala espaço-temporal.

E a ferramenta cartográfica utilizada prioriza uma leitura dinâmica, mas ao mesmo tempo contextualizada em períodos, provocando, através da leitura dos mapogramas, reflexões a partir das três dimensões propostas no presente artigo: espaço, tempo e dinâmicas territoriais, alinhados com um movimento de renovação da cartografia apontado por Brotton (2014), que valoriza a comunicação do conteúdo a partir da simplificação na visualização.

## MATERIAIS E MÉTODOS

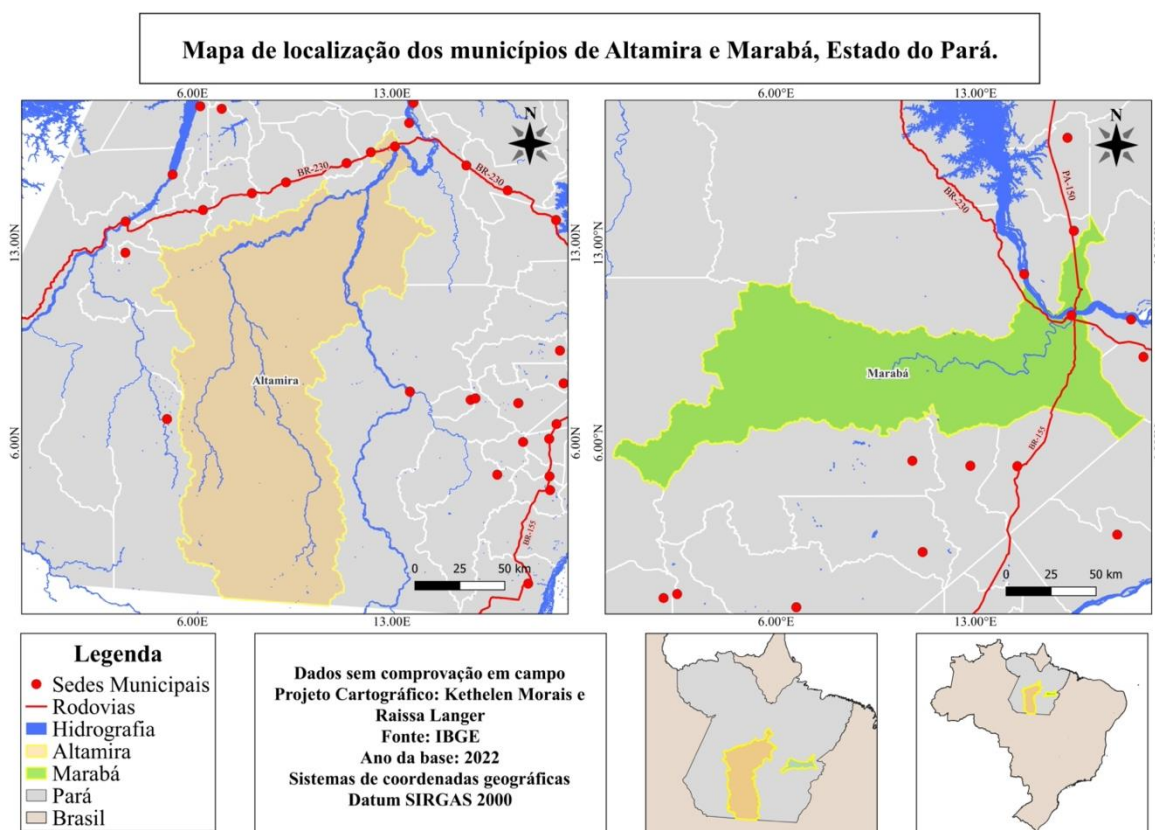
### **A produção do espaço da fronteira nos municípios de Marabá e Altamira**

Neste trabalho, as análises são auxiliadas por uma interpretação da fronteira que estabelece a não-linearidade desse fenômeno, isto é, a mobilização dos espaços de reprodução do capital (a fronteira) não é comandada por um avanço linear da ocupação, mas sim pela demanda do próprio sistema produtivo, que independe de avanço ou recuo, apenas da mobilização das formas e relações da fronteira (Lobato; Soares, 2017).

As áreas de estudos da pesquisa compreendem dois municípios: o de Marabá e o de Altamira, no Estado do Pará. Para fazer uma caracterização preliminar mínima, utilizando os dados oficiais do IBGE, temos que o município de Marabá com 15.128,058 km<sup>2</sup> de área territorial e 266.533 habitantes, e, localizado na Região Geográfica Intermediária de Marabá e na Região Geográfica Imediata de Marabá. Já Altamira possui 159.533,306 km<sup>2</sup> de área territorial e 126.279 habitantes, localizado



na Região Geográfica Intermediária de Altamira e na Região Geográfica Imediata de Altamira (IBGE, 2022). No quesito acesso, em Marabá estão presentes as rodovias federais BR 222 e BR-230, e a rodovia estadual PA 150, e, em Altamira, a BR-230 e a PA 167 (Figura 1).



**Figura 1.** Mapa da formação territorial de Marabá e Altamira no período inicial da extração da borracha. **Fonte:** IBGE (2023), SEMAS-PA (2019).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Os primórdios da formação territorial marabaense e altamirense (pré-borracha)

Marabá e Altamira passaram por dois momentos distintos na formação territorial, sendo a extração da borracha escolhida como marco, dada a difusão de importantes mudanças socioespaciais a partir da consolidação dessa atividade como um ciclo econômico, destarte, tem-se um período anterior e um período posterior à extração da borracha (Lobato, 2018; Miranda Neto, 2016).

No período anterior à borracha, os dois municípios estiveram sob a influência de religiosos e outras frentes de expansão esparsas (Lagenest, 1958; Souza e Carozo, 2008). Todavia, essas primeiras incursões foram menos expressivas do ponto de vista da consolidação do povoamento (Figura 2).

Espaço	Tempo	Dinâmica territorial
	<p>Final do século XIX, Década de 1880</p> <p>Primeira fase de ocupação da colônia e início da extração da borracha.</p>	<p>Expulsão dos estrangeiros do Xingu e Tocantins para garantir a circulação e exploração do território.</p>

**Figura 2.** Mapograma da formação territorial no período inicial da extração da borracha. **Fonte:** Emmi (1999); Lagenest (1958); Lobato (2018); Machado (1989); Miranda Neto (2016); Souza e Cardozo (2008); Umbuzeiro (2012).

O entorno de Marabá foi visitado por várias frentes religiosas e expedições comerciais desde o século XVI, seja subindo ou descendo o Rio Tocantins. Uma das primeiras movimentações que influencia na fixação do povoamento de Marabá foi a presença francesa no Tocantins. A partir desse momento os portugueses passaram a combater não só esses estrangeiros, mas, sobretudo, a controlar a circulação nessa bacia hidrográfica, tendo em vista a existência de uma rota de fuga de metais preciosos do planalto central e das regiões das minas gerais (Lobato, 2018; Velho, 1981) (Figura 3).

Espaço	Tempo	Dinâmica territorial
	<p>Final do século XVII com a expulsão dos estrangeiros, ação das ordens religiosas e primeiros momentos da economia da borracha</p>	<p>Na formação territorial de 1872 em Marabá nem Altamira existiam enquanto entes municipais sendo partes dos municípios de Baião e Porto de Moz, respectivamente.</p>

**Figura 3.** Mapograma da formação territorial no período inicial da extração da borracha. **Fonte:** Emmi (1999); Lagenest (1958); Lima (1993); Lobato (2018); Machado (1989); Miranda Neto (2016); Rocha, Soares e Moraes (2019); Silva (2004); Souza e Cardozo (2008); Umbuzeiro (2012).

No período posterior a dinâmica econômica provocada pela atividade de extração da borracha, há um ritmo mais forte na produção do espaço em Marabá, o que se traduz em uma dinâmica territorial mais intensa.

Altamira também tem sua formação ligada à presença estrangeira, porém a partir da presença holandesa e inglesa, no Xingu e Amazonas, respectivamente. Para debelar essa presença insurgente, Portugal primeiro conquistou o forte de Mariocay e estabeleceu uma base na cidade de Gurupá, de onde partiam várias expedições. Tais expedições a partir do forte gurupaense foram os aríetes da “conquista” e fixação do povoamento altamirense (Umbuzeiro, 2012).

Como é possível perceber, ambas são – direta ou indiretamente – resultado da ameaça de penetração e ocupação estrangeira nos rios amazônicos. Todavia, a partir desse primeiro acontecimento, as formações marabaense e altamirense se diferenciam em certa medida.

Em Altamira, o papel das ordens religiosas foi imprescindível na subida do rio e estabelecimento de povoações, situação contrária à de Marabá, o povoamento desce o Rio Tocantins, mais especificamente a frente pecuarista do estado de Goyaz (Emmi, 1999; Lagenest, 1954; Lobato, 2012; Rodrigues, 2010; Souza; Cardozo, 2008; Umbuzeiro, 2012).

Após a expulsão dos estrangeiros e com a consolidação do controle do território no século XVII, a Coroa Portuguesa vai tratar de maneira distinta as bacias dos dois grandes rios longitudinais. No Xingu, houve uma circulação maior do que no Tocantins por causa da atividade de exploração do cacau selvagem e do cravo, importantes produtos para a receita colonial (Bezerra Neto, 2012; Harris, 2017). Por isso, Souza e Cardozo (2008) apontam que houve esforços de Portugal para aumentar sua presença no Xingu, justamente para otimizar a arrecadação de impostos.

O estabelecimento de um povoamento no sítio onde está hoje a cidade de Altamira, ainda no século XVIII, está ligado a esse esforço lusitano de sistematização do território, tendo este sítio se tornado uma base logística indispensável para transposição do trecho de difícil circulação na chamada “volta grande do Rio Xingu” (Miranda Neto, 2016; Souza; Cardozo, 2008; Umbuzeiro, 2012).

“Marabá”, por seu turno, só aparece enquanto um ponto importante muito tempo depois, no século XIX quando o Coronel Gomes Leitão recebe incentivo do governo provinciano paraense para fundar a extinta colônia agrícola de Itacayúnas. O acordo entre o governo de Lauro Sodré e Leitão era de criar um povoamento de base agrícola para fixar a população e assim garantir a posse dessa área, então em litígio com a Província do Maranhão. Todavia, a colônia que foi estabelecida um pouco além da confluência do Tocantins com o Itacaiúnas foi deslocada a esse local (confluência dos rios) para dar suporte às atividades de extração e comercialização do caucho (Emmi, 1999; Lobato, 2012; Rodrigues, 2010).

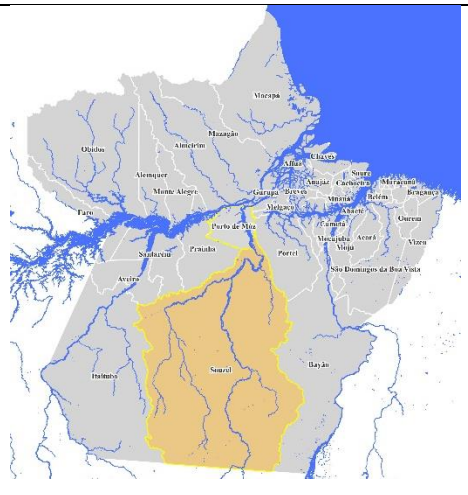
Nisso anteriormente colocado, Altamira vai igualmente se beneficiar, pois mais tarde, com a intensificação do mercado gomífero os esforços de exploração da borracha se robusteceram, o governo provincial fomentou expedições de reconhecimento e catalogação das duas bacias, a do Xingu e do Tocantins, não coincidentemente pelo mesmo explorador francês: Henri Coudreau.



## Formação territorial marabaense e altamirense (auge da economia da borracha)

Segundo Tavares (2008) os municípios que se destacavam na exploração da borracha no estado do Pará eram Breves, Anajás, Melgaço e Moju, expandindo para a região do Xingu e baixo Tapajós. Na metade do século XIX, a vila de Porto de Moz se consolidou como um importante entreposto comercial extrativista e em 1900 foi desmembrada para dar origem a Souzel, importante produtor de borracha.

Nesse período a criação de novos municípios e delimitação territorial dependia de vários fatores como a extensão e localização dos seringais que deveriam ser próximos de vias fluviais, bem como a implantação de vias de circulação terrestres que impulsionavam a criação de vilas em seu percurso (Tavares, 2008). Altamira e Marabá não existem enquanto municípios, porém, a dinâmica da borracha já está em pleno vigor (Figura 4).

Espaço	Tempo	Dinâmica territorial
	<p>1879 a 1912. Auge da economia da borracha.</p>	<p>Em 1900, o município de Porto de Moz foi desmembrado e sua maior parte deu origem a Souzel, importante produtor de borracha. Altamira e Marabá não existem enquanto municípios, porém, a dinâmica da borracha já mostra sua importância ao território.</p>

**Figura 4.** Mapograma da formação territorial no auge do período de extração da borracha. **Fonte:** Emmi (1999); Lagenest (1958); Lobato (2018); Machado (1989); Miranda Neto (2016); Rocha, Soares e Moraes (2019); Souza e Cardozo (2008); Umbuzeiro (2012).

Nesse período inicial, as diferenças na questão econômica foram candentes e se materializaram no espaço, pois, enquanto Altamira surge como base logística de penetração do território para extração de cacau e cravo ainda no século XVIII, Marabá só se forma quase em fins do século XIX ligada à agricultura e a pecuária.

Segundo Tavares (2008), a economia da borracha não é suficiente para explicar a formação territorial nas duas cidades, mas em decorrência do crescimento das cidades foram criados os municípios de São João do Araguaia (1908); Conceição do Araguaia (1909); Altamira (1911) e Marabá (1913).

Machado (1989) considera o ciclo da borracha como o primeiro evento de fato em que ocorre a fixação do povoamento. Moreira (2015), porém, considera a atividade gomífera um surto que não deixou desenvolvimento ou heranças socioespaciais

relevantes, seguindo assim um pensamento já expostos décadas antes por Prado Jr. (1977).

Mota, Sombra e Quaresma (2022) notam que esse discurso possui similaridade com a análise de Mariátegui (2010) sobre a questão da borracha na Amazônia peruana, e refutam essa tese, considerando como esses circuitos podem ser vistos como etapas de criação do valor e, portanto, desde já, a materialização do trabalho. Soares (2016) expõe como as atividades extrativistas, em geral, deixaram uma estrutura socioespacial e territorial organizada e demarcada na paisagem como heranças estruturais. Soares (2021), aponta uma característica semelhante, levando em consideração, entre outras, a atividade gomífera para indicar uma periodização espacial, com estruturas espaciais herdadas, com foco na região de influência de Belém, Marajó e zona bragantina.

Batista (2014) e Asp (2017) mostram como as atividades extrativistas, em particular a borracha, estavam relacionadas a estruturas de comercialização e financiamento das atividades agrícolas, fomentando o povoamento de colônias. Sarges (2010), por sua vez, ilustra como essas atividades foram responsáveis pela urbanização e modernização de Belém, tendo ocorrido o mesmo em Manaus, no Amazonas (Medeiros; Santos, 2019), e Íquitos no Peru (Rumrill; Zutter, 1979).

De qualquer forma, e buscando afastamento dessa polêmica, cabe dizer atualmente que, em qualquer prisma teórico ou metodológico que se enxergue, a atividade gomífera tem relevância suficiente em termos de transformações socioespaciais e territoriais para ser considerado um evento, e, portanto, um marco de periodização.

Tanto que ambas as cidades, Altamira e Marabá, se emancipam enquanto municípios a partir desse momento, mesmo já tendo uma trajetória de existência anterior, quais sejam: Altamira como entreposto do cacau, do cravo e da borracha, Marabá como uma colônia agrícola. Mesmo que no Xingu tenha ocorrido a extração da borracha *Hevea brasiliensis* e no Tapajós/Araguaia o caucho *Castilloa ulei*, sendo esse último menos valorizado, os resultados da atividade podem ser tomados como equivalentes e partes constituintes da mesma totalidade em processo.

Em ambas as porções territoriais, o domínio de famílias oligarcas originárias da borracha se tornou a norma comum, ficando a distinção em função da quantidade, uma vez que em Marabá houve mais troncos familiares dominantes do que em Altamira. As famílias tocantinas que exerceram papéis dominantes na política e na economia foram: Fontenelle, Queiroz, Ribeiro, Bentes entre as mais proeminentes. No Rio Xingu, essa dominância esteve muito circunscrita à figura de José Porfírio de Miranda Júnior, origem do nome de um município fundado mais tarde (Emmi, 1999; Miranda Neto, 2016; Umbuzeiro, 2012).

### **A formação territorial recente de Marabá e Altamira (pós-borracha)**

Com o fim do ciclo econômico da borracha, já na década de 1910, os dois municípios sofreram impactos econômicos, políticos e demográficos. É possível apontar que em Marabá esse efeito foi bastante diferente de Altamira, pois o fim da

borracha possibilitou o surgimento da atividade de extração da castanha (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) (Figura 5). A exploração e comércio da castanha foi acoplada, em grande, parte à estrutura social, econômica e política deixada por sua antecessora. Essas condições preexistentes contribuíram para que a atividade conseguisse crescer e sustentar uma dinâmica territorial relevante em Marabá.

O município de Altamira foi criado em 1911 com o território desmembrado de Souzel. Neste período Marabá ainda não existe enquanto município e sua área ainda é parte do município de São João do Araguaia, importante posto militar.

Espaço	Tempo	Dinâmica territorial
	<p>Declínio da economia da borracha.</p>	<p>Na malha de 1911 o município de Altamira é criado com parte do território desmembrado de Souzel, Marabá ainda não existe enquanto entidade municipal. Ele é parte do município de São João do Araguaia, importante posto militar.</p> <p>Conceição do Araguaia é criado em virtude da organização dos religiosos para emancipação desse município.</p>
	<p>“Fim” do primeiro ciclo da borracha.</p>	<p>Com sua emancipação em 1913 Marabá aparece oficialmente em 1920, desmembrado de São João do Araguaia. Altamira segue da mesma forma. Bastante ligado à cada vez mais decadente extração da borracha, Souzel deixará de existir com o declínio dessa atividade.</p>



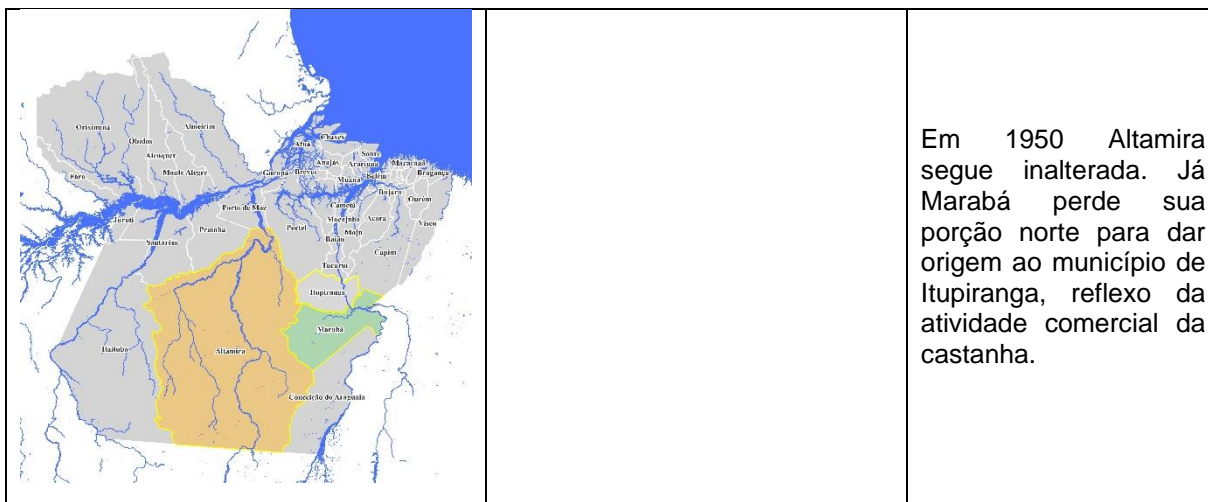
**Figura 5.** Mapogramas do declínio do ciclo da borracha e início da economia da castanha. **Fonte:** Emmi (1999); Lagenest (1958); Lobato (2018); Machado (1989); Miranda Neto (2016); Rocha, Soares e Moraes (2019); Silva (2004); Souza e Cardozo (2008); Umbuzeiro (2012).

Marabá se emancipa em 1913 e aparece oficialmente desmembrado de São João do Araguaia em 1920. Altamira segue da mesma forma, ainda como Souzel e ligado à extração da borracha que vai começar a declinar. Em contraste, no Xingu, sem uma atividade dominante que pudesse preencher a lacuna deixada pela borracha, tal como aconteceu na sua congênere Marabá, Altamira decaiu bastante com relação à questão econômica e em muitos aspectos socioespaciais.

Até 1950 não há alterações na malha territorial, refletindo a “calmaria” das atividades econômicas desenvolvidas na fronteira. Altamira permanece com sua área inalterada. E Marabá perde sua porção norte para dar origem ao município de Itupiranga, importante entreposto comercial da castanha e com alguns polígonos de castanhais (Figura 6).







Em 1950 Altamira segue inalterada. Já Marabá perde sua porção norte para dar origem ao município de Itupiranga, reflexo da atividade comercial da castanha.

**Figura 6.** Mapograma do auge da economia da castanha e início da construção das estradas. **Fonte:** Emmi (1999); Lagenest (1958); Lima (1993); Lobato (2018); Machado (1989); Miranda Neto (2016); Rocha, Soares e Moraes (2019); Silva (2004); Souza e Cardozo (2008); Umbuzeiro (2012).

A exploração da castanha que antes era livre, passa a ser regulamentada pelo Decreto-Lei 3.143, de 11 de novembro de 1938, que dispõe sobre o Serviço de Arrendamento de Terras para Exploração de Produtos Nativos e posteriormente pela Lei 913, de 4 de dezembro de 1954, que se estenderia até 1966, propondo modificações no sistema de arrendamento de terras devolutas para fins de exploração extrativa que foi criada com o intuito de aumentar a capacidade de extração com ênfase no sudeste do Pará (Emmi, 1989; Lagenest, 1958; Velho, 1981).

Destarte, a economia altamirense vai se manter inalterada até por volta dos fins década de 1960, quando o ciclo dos projetos de colonização, das frentes pecuaristas/madeireira e da Transamazônica atingiram a cidade e o município.

Nesse hiato entre os ciclos, há um lapso de tempo no qual ocorre um recrudescimento da extração da borracha em Altamira (assim como em outros postos amazônicos) provocado pela II Guerra Mundial, a qual abriu, temporariamente, o mercado mundial de volta à borracha amazônica. Apesar desse evento ter durado poucos anos, esse fato provocou um aumento populacional e uma dispersão da população pelo campo, além de incrementar outras atividades, como a agricultura, a caça e a pecuária (Miranda Neto, 2016).

Com a construção da Rodovia BR-230 e os projetos desenvolvimentistas durante a Ditadura Militar (1964-1985), inaugura-se um novo ciclo econômico em Altamira. A partir de então, a cidade vai se tornar base logística da produção do espaço. Dois processos foram fundamentais para Altamira nesse momento: a) a intensa migração que ocorreu com a construção da estrada e a implementação dos projetos de colonização agrícolas; e, b) a consolidação de projetos agropecuários nessa parte da fronteira (Miranda Neto, 2016; Umbuzeiro, 2012) (Figura 7).

Espaço	Tempo	Dinâmica Territorial
	<p>Conclusão das Rodovias BR-010 e PA-150 e início da construção da Rodovia BR-230. Declínio da economia castanheira</p>	<p>Em 1970, Altamira perde área para a emancipação dos municípios de Senador José Porfírio (antiga Souzel) e a São Félix do Xingu. Já Marabá dá origem ao antigo município de São João do Araguaia.</p>
	<p>As frentes pecuarista e madeireira se instalam em Marabá e avançam em direção oeste. Redemocratização do país.</p>	<p>As décadas de 1970 e 1980 testemunham muitas mudanças. Na malha de 1991, Marabá sofre sucessivos desmembramentos, por outro lado, Altamira continua com a mesma forma territorial. No entanto, ao longo do eixo rodoviário traçado pela Transamazônica a fragmentação foi maior.</p>
	<p>Estabelecimento de novas regras para a criação de municípios e redução do ritmo do avanço da fronteira.</p>	<p>Na divisão atual (2022) Altamira e Marabá permanecem como na de 1991, apenas alguns novos municípios são criados no Pará além dos territórios deles.</p>

**Figura 7.** Mapogramas do período de conclusão de rodovias ao estabelecimento de novas regras para criação de municípios. **Fonte:** Lobato (2018); Miranda Neto (2016); Rocha, Soares e Moraes (2019).

Em Marabá, esse ciclo econômico encontra uma atividade em pleno curso, com relações socioespaciais e sujeitos hegemônicos consolidados. Por isso, nessa área o conflito passou a ser o mote, pois foram contrapostas duas lógicas de uso e acumulação econômica a partir dos recursos naturais, bem como duas relações distintas de produção e de trabalho, baseando as relações de poder local. Daí em diante foram três polos de poder que se instituíram no domínio tocantinense: os antigos oligarcas da castanha, os “novos” fazendeiros e os movimentos sociais (Emmi, 1999; Silva, 2004; Lobato, 2018).

É fato que tanto em ambos os municípios, as marcas do ciclo estão visíveis, porém, em Marabá, pelo fato de já haver uma atividade muito importante pré-1960 e a inserção de atividades muito diversificadas, como a mineração, fizeram com que as dinâmicas territoriais alcançassem patamares mais altos, refletindo no estabelecimento de fortes demandas por novos pactos políticos que foram reprimidas pelo governo federal, mas que estouraram ao longo da década de 1980 e 1990 (Emmi, 1999; Lima, 1993; Lobato, 2012).

É possível argumentar que o fracionamento do poder ocorrido com a intensa migração em Marabá, uma dispersão maior de atividades econômicas, intervenções estatais autoritárias e movimentos sociais de grande amplitude, forjaram alianças e blocos hegemônicos de poder mais difusos (Lima, 1993; Nahum, 2006; Rocha, 2008; Silva, 2004; Lobato, 2018).

Interessante notar que a fragmentação municipal ocorrida nas proximidades de Altamira ocorre com mais intensidade a partir da década de 1980, exatamente ao longo do eixo da BR-230, não coincidentemente a área que recebe a maior quantidade de colonos migrantes trazidos durante o período de colonização e grandes projetos a partir da década de 1970.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção e organização do espaço geográfico dos municípios de Marabá e Altamira permitiu compreender como às atividades hegemônicas ao longo do tempo foram essenciais para a cadência de produção do espaço, ditando seus ritmos, e marcando territorialmente o recorte espacial de classe. Destarte, foi no seio da luta de classes desenvolvida no âmbito dessas atividades que a dinâmica espacial nos municípios estudados se deu e se consolidou, refletindo nas características atuais.

As mudanças mais drásticas na diminuição dos territórios nos municípios estudados se deram a partir da conclusão das Rodovias BR-010 e PA-150 e início da construção da Rodovia BR-230 juntamente com o declínio da economia extrativa de castanha (figura 9).

Entre as décadas de 1970 e 1980 com o avanço das atividades madeireiras e da pecuária, Marabá sofre com perda de território enquanto Altamira fica inalterada. A partir da constituição de 1988 e o estabelecimento de novas regras para a criação

de municípios. Com respeito ao processo de evolução territorial dos dois municípios registradas pelas malhas oficiais do IBGE ao longo do tempo, pode-se afirmar que primeiramente, os ciclos econômicos que aconteceram em Marabá e Altamira sustentaram boa parte das dinâmicas territoriais materializadas no espaço desses dois municípios no período estudado. Esse processo pode ser observado na cristalização dos recortes municipais mutantes ao longo do período analisado, haja vista que compreendemos que os limites municipais são retratos das dinâmicas da valorização do capital e exploração do trabalho em curso, em dado espaço e tempo.

Espaço	Tempo	Dinâmica Territorial
	<p>Após a atividade de extração da borracha e antes da abertura e construção das estradas.</p>	<p>Até 1960, a formação territorial estava associada aos rios e a bacia hidrográfica.</p>
	<p>Após a abertura e construção das estradas.</p>	<p>Os municípios foram sendo criado ao longo dos eixos rodoviários.</p>

**Figura 9.** Evolução da malha territorial de Altamira e de Marabá antes do ciclo da borracha até a criação dos eixos rodoviários. **Fonte:** Autores (2023).

Na nossa compreensão, essa trilha deixada pela evolução da malha paraense revela claramente a herança do trabalho social nesses momentos de intervenção do modo de produção. Sendo mais explícito, no plano de exposição aqui definido o trabalho é o combustível das dinâmicas territoriais, diferentemente do que é visto em Machado



(1989), Moreira (2015; 2020) e Prado Jr (1977), que sustentam que esses ciclos agroextrativistas não deixaram estruturas espaciais marcantes na Amazônia.

Como ficou explícito, a dinâmica territorial foi alimentada, primeiramente, por um combate aos estrangeiros invasores, em seguida para dar suporte a extração da borracha e aos ciclos econômicos posteriormente ocorridos. Nesse primeiro momento, os rios mais importantes (Xingu e Tocantins) e os seus afluentes fizeram o eixo de estruturação da dinâmica territorial, a partir dos quais Altamira e Marabá tornaram-se os entrepostos do território (figura 9).

Todavia, como tais ciclos econômicos tinham elementos e temporalidades diferentes, terminaram por provocar efeitos diferentes nos territórios analisados, ora reforçando, ora reprimindo tais manifestações. Tal dinâmica reforça nosso entendimento sobre a materialidade do trabalho e os reflexos no espaço geográfico, já que as formas de extração do valor nas cidades se assemelhavam e divergiam em dados momentos.

Essas disparidades ainda revelam o estado da luta de classes em que se encontra a sociedade, isso porque a extração do valor é constituída numa relação social de produção, mas com mediações locais e regionais. Tendo em vista as particularidades de Altamira e de Marabá, os meandros do embate influenciaram, da mesma forma, na dinâmica territorial.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos à UFPA (Universidade Federal do Pará), pelo suporte logístico e burocrático ao projeto de pesquisa: *Geografia, cartografia e geohistória do Xingu: análise, compreensão e expressão da fronteira*.

### CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

**Concepção:** Mateus Lobato e Daniel Sombra. **Metodologia:** Mateus Lobato e Daniel Sombra. **Análise formal:** Kethelen Morais, Raissa Langer e José Miranda Neto. **Pesquisa:** Mateus Lobato, Daniel Sombra, Rosana Maneschy, Kethelen Morais e Raissa Langer. **Recursos:** Mateus Lobato, Daniel Sombra, Rosana Maneschy, Kethelen Morais e Raissa Langer. **Preparação de dados:** Kethelen Morais e Raissa Langer. **Escrita do artigo:** Mateus Lobato, Daniel Sombra e Rosana Maneschy. **Revisão:** Mateus Lobato, Daniel Sombra, Rosana Maneschy, Kethelen Morais, Raissa Langer e José Miranda Neto. **Supervisão:** Mateus Lobato, Daniel Sombra e Rosana Maneschy. Todos os autores leram e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

### REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 68, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>.

ASP, D. G. S. Sal das águas: “modernização” e relações de poder na fazenda salina dos Roque (Bragança-PA, 1920-1999). In: CAMPOS, I. (Org.). **Bragança (PA): famílias, política e comércio**. São Paulo: Livraria da Física, 2017, p. 169-226.

BATISTA, L. M. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 – c. 1870**. Belém: Açaí, 2014.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia, é possível identificar modelos para projetar cenários?. **Parcerias Estratégicas**, n. 12, 2001, p. 135 – 139.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BEZERRA NETO, J. M. **Escravidão negra no Grão-Pará: (séculos XVII-XIX)**. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1978, 294 p.

BROTTON, J. **Uma história do mundo em doze mapas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 514 p.

CARVALHO, A. C. **Expansão da fronteira agropecuária e a dinâmica do desmatamento florestal na Amazônia paraense**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2012.862229>.

CAVALCANTE, M. M. A. et al. Políticas territoriais e mobilidade populacional na Amazônia: contribuições sobre a área de influência das hidrelétricas no Rio Madeira. **Confins**, São Paulo, n. 11, p. 1-17, 2011.

EMMI, M.F, A oligarquia da castanha: crise e rearticulação. In: CASTRO, E.M.R.; HÉBETTE, J. (org.). **Na trilha dos grandes projetos**. Belém: UFPa-NAEA, 1989. p.127-161. (UFPa-NAEA. Cadernos, 10).

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o Domínio dos castanhais**. 2 Ed. Belém: UFPa/NAEA, 1999.

FENZL, N. et al. Os “Grandes Projetos” e o processo de urbanização na Amazônia brasileira: consequências sociais e transformações territoriais. **InterEspaço**, Grajaú, v. 6, p. 1-25, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18764/2446-6549.e202002>.

HARRIS, M. **Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840**. Campinas: Unicamp, 2017.

LAGENEST, H. D. B. de. **Marabá: cidade do diamante e da castanha**. São Paulo: Anhambi, 1958. 106 p.

LIMA, I. G. **Fragmentação política e territorial em Carajás**. 328f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LOBATO, M. M. **Migração na fronteira: pelos caminhos do migrante até Marabá-PA**. 139f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

LOBATO, M. M. **Capital, território e monopólio no El Dorado de Carajás: uma análise da fronteira do Sudeste Paraense**. 234f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

LOBATO, M. M.; SOARES, D. A. S. Fronteira na ciência geográfica: um conceito e dois contextos. In: SILVA, C. N.; LIMA, R. A. P.; SILVA, J. M. P. (Org.). **Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia**. Belém: GAPTA/UFGA, 2017, p. 35-58.

MACHADO, L. O. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira: no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de Barcelona, Barcelona, 1989.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. Trad.: F. J. Lindoso. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MEDEIROS, S. L.; SANTOS, T. L. P. História e cultura nos estudos amazônicos: o caso de Manaus na Belle Époque. **Metis**, Caxias do Sul, v. 18, n. 36, p. 227-238, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18226/22362762.v18.n.36.11>.

MIRANDA NETO, J. Q. **Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência**. 378f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

MOREIRA, R. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação**. São Paulo: Contexto, 2015.

MOREIRA, R. **Formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da Geografia do Brasil**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

MOTA, G.; SOMBRA, D.; QUARESMA, M. et al. Natureza da subsunção: da desaparecimento à transubstanciação do valor. **Germinal**, v. 14, n. 1, p. 147-165, 2022. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.47033>.

NAHUM, J. S. **O uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas conservadoras**. 126f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. 20ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PIRAUX, M. et al. Um olhar sobre a diversidade dos Colegiados dos Territórios da Cidadania. **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, pp. 101-124, 2013.

PIRAUX, M.; SOMBRA, D.; SIMÕES, A. A diversidade socioespacial do território do Baixo Tocantins e impactos na agricultura familiar. In: SIMÕES, A.; BENASSULY, M. (Org.). **Na várzea e na terra firme: transformações socioambientais e reinvenções camponesas**. Belém: NUMA/UFPA, 2017, p. 77-114.

QUARESMA, M. J. N. et al. Periodização econômica de Abaetetuba (PA) a partir de sua configuração espacial. **PerCursos**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 143-168, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5965/1984724616322015143>.

QUARESMA, M. J. N. Lutas e resistências no Xingu: estratégias escalares no enfrentamento à UHE Belo Monte. **GeoAmazônia**, Belém, v. 6, n. 11, p. 239-255, 2018.

ROCHA, G. M. **Todos convergem para o lago!:** hidrelétrica de Tucuruí, municípios e territórios na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

ROCHA, G.; SOARES, D.; MORAES, S. Estruturas espaciais, dinâmicas territoriais e vetores de desenvolvimento na zona costeira paraense. In: ROCHA, G. M.; MORAES, S. C. (Org.). **Uso do território e gestão da zona costeira no estado do Pará**. Belém: NUMA/UFPA, 2018, p. 49-74.

ROCHA, G.; SOARES, D.; MORAES, S. Dinâmicas territoriais na zona costeira do estado do Pará. **Confins**, São Paulo, v. 42, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.24132>.

RODRIGUES, J. C. **Marabá:** centralidade de uma cidade média. 188f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

RUMRRILL, R.; ZUTTER, P. **Amazonia y capitalismo: los condenados de la selva**. Lima: Horizonte, 1976.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SARGES, M. N. **Belém:** riquezas produzindo a *Belle Époque* (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2010.

SILVA, J. M. P. **Poder, governo e território em Carajás**. 214f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SOARES, D. A. S. **Subsunção do trabalho ao capital na atividade pesqueira paraense:** elites locais e contraespaços. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016, 327f. DOI: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.23175.91044>.



SOARES, D. A. S. **Produção do espaço, dinâmicas territoriais e vetores técnicos na zona costeira do estado do Pará: uma geografia da subsunção e das exterioridades: uma geografia das águas.** 405f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.10853.12006>.

SOARES, D.; LEITE, A.; LOBATO, D. Estado e capital: subsídios para a compreensão analítica do protagonismo do Estado brasileiro no rearranjo espacial da América do Sul. **GeoAmazônia**, Belém, v. 4, n. 7, p. 47-77, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p47-77>.

SOUZA, C. M.; CARDOZO, A. (Org.). **História do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (Séc. XVII – XXI).** Belém: ADUFPA, 2008.

TAVARES, M. G. da C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação dos municípios. **Revista ACTA Geográfica**, ano II, n. 3, jan./jun. 2008, p. 59-83

UMBUZEIRO, U. B. **Altamira e sua história.** Belém: Ponto Press, 2012.

VELHO, Octávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração de uma área da Transamazônica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981 178 p.

ZIBECHI, R. **Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo.** Tradução de: C. W. P. Gonçalves. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0